

HISTÓRIA DA
VIDA PRIVADA
NO BRASIL 1

Conselho editorial

Lilia Moritz Schwarcz — *presidente do conselho*

Fernando A. Novais — *coordenador da coleção*

Laura de Mello e Souza — *organizadora de volume*

Luiz Felipe de Alencastro — *organizador de volume*

Nicolau Sevcenko — *organizador de volume*

Fernanda Carvalho — *consultora de iconografia*

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL 1

Cotidiano e vida privada na América portuguesa

Coordenação geral da coleção
Fernando A. Novais

Organizadora de volume
Laura de Mello e Souza



Copyright © 1997 by Os Autores

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Nesta versão de bolso, não foram reproduzidas as ilustrações que constam na primeira edição da coleção *História da vida privada no Brasil*, publicada originalmente pela Companhia das Letras em 1997-8. As mais de trezentas imagens deste volume agora estão disponíveis na página do livro na internet: www.companhiadasletras.com.br/<completar>

Capa

Jeff Fisher

Secretaria editorial e pesquisa iconográfica

Fernanda Carvalho

Preparação

Márcia Copola

Revisão

Érica Borges Correa

Renato Potenza Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na

América portuguesa / coordenação geral da coleção

Fernando A. Novais, organizadora de volume Laura de

Mello e Souza. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia de Bolso,

2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-3172-3

1. Brasil — Usos e costumes 2. Brasil — Civilização 3.

Civilização — História 4. Brasil — Condições sociais 5. Família

— Brasil — História 1. Fernando A. II Souza, Laura de Mello e.

18-20089

CDD-390.0981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Usos e costumes : História 390.0981

Ioanda Rodrigues Biode — Bibliotecária — CRB-8/10014

2018

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Prefácio — *Fernando A. Novais* 7

1. Condições da privacidade na colônia — *Fernando A. Novais* 12
2. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações — *Laura de Mello e Souza* 32
3. Famílias e vida doméstica — *Leila Mezan Algranti* 62
4. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu — *Luiz Mott* 121
5. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista — *Ronaldo Vainfas* 176
6. Ritos da vida privada — *Mary del Priore* 221
7. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura — *Luiz Carlos Villalta* 258
8. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII — *István Jancsó* 304

Conclusão — *Laura de Mello e Souza* 346

Notas 351

Bibliografia 389

Índice remissivo 412

Sobre os autores 421

PREFÁCIO

Era previsível: o êxito editorial da *Histoire de la vie privée*, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, sucesso de crítica e de público, na França em especial e no mundo em geral, tornou a obra, muito naturalmente, referência inescapável para empreendimentos correlatos em outros países. Entre nós, sobretudo, a obra teve por assim dizer ressonância imediata; é que nossa corporação de historiadores vinha desde o início tentando aclimar os padrões da *nouvelle histoire*, procurando compassar-se com os debates da nova historiografia. Se este não é o lugar adequado para avaliar os resultados desse esforço de atualização, importa, contudo, acentuar que envolve pelo menos um aspecto positivo indiscutível, qual seja um indício de desenvolvimento ou mesmo de maturidade das nossas novas gerações de historiadores. Assim se entenderá que o previsível tornou-se inevitável, e o resultado é a obra que agora começamos a entregar ao leitor. Assim se compreenderá também o título e o formato, mas será preciso explicitar as questões mais substantivas da concepção e dos procedimentos.

Quanto aos procedimentos, nosso trabalho guarda com a matriz francesa uma explícita convergência: também aqui procuramos um labor de equipe e uma discussão intensa dos textos, envolvendo os autores, os organizadores dos volumes e o coordenador-geral. Nem havia por que divergir desse *modus faciendi*, e a experiência desses meses tem sido enriquecedora e gratificante para todos.

Já com respeito à concepção e ao conteúdo a relação é mais complexa. E isso porque sempre nos pareceu que a grande e principal qualidade da “nova” história está na abertura de nova temática, com o consequente enriquecimento do discurso his-

toriográfico; mas também, em sentido contrário, sua fragilidade básica reside na como que recusa em elaborar um esquema conceitual igualmente novo e adequado à abordagem dos novos temas, preferindo antes acentuar o seu caráter “descritivo”, melhor seria dizer narrativo. De tal postura, muito visível, aliás, nos diversos “manifestos” da nova escola (que, diga-se de passagem, é fértil neste tipo de reflexão), decorrem duas consequências: de um lado, belíssimas reconstituições dos hábitos, dos gestos, dos saberes, dos amores, do cotidiano, da sensibilidade, enfim da *mentalité*, ficam pairando no espaço, como se nada tivessem a ver com as outras esferas da existência, as formas de estruturação da sociedade e do Estado, os modos de organização da vida material etc. — temas todos esses da “velha” história; por outra parte, e por isso mesmo, a “nova” história pode se apresentar como alternativa salvadora da perenidade de Clio.

Ora, precisamente neste passo, pareceria mais justo que os historiadores brasileiros ousássemos avançar, no sentido de procurar apreender aqueles nexos, recompor aquelas articulações que permitem uma reconstituição mais compreensiva desses novos fragmentos da vida humana que vão entrando para o horizonte da historiografia. A isso se liga, doutra parte, uma observação que se pode fazer — e temo-la feito, a revezes — sobre o surto brasileiro da “nova história”: ou seja, o que devêramos assimilar da nova e brilhante tendência seria antes de tudo a atitude de abertura para novos temas, e não (como temos feito, no mais das vezes) os novos temas diretamente. Atente-se bem: há evidentemente novos temas que são universais, bem como outros mais específicos de cada formação social. O que estamos querendo dizer, para explicitar nossa postura, é que devemos tratar dos dois tipos, esforçando-nos, no primeiro caso (os temas coincidentes, que, é óbvio, são maioria), para descobrir o modo específico como se expressam em nossa história. E com isso vamos marcando o lugar de onde falamos, e tomando posição em face dos desafios envolvidos no empreendimento: se assumimos a inspiração do modelo e mesmo as sugestões

editoriais, tentaremos elaborar uma obra que tente ser, ao mesmo tempo, uma contribuição à história da vida privada e do cotidiano entre nós, bem como uma reflexão sobre os caminhos da nova historiografia. Buscaremos, portanto, reconstituir aspectos do cotidiano e da vida privada na formação brasileira, isto é, no processo histórico de nossa formação. E isto significa, repitamos, o esforço da recomposição dessas esferas de existência articuladas com o quadro geral de nossa “velha” história; assim como procurar nela que novos temas fazem sentido, no seu transcurso. Em suma: o objetivo, através da indagação dos novos temas, continua o mesmo, ou seja, a procura de nossa particularidade, pois a história, segundo Paul Veyne, é o “inventário das diferenças”; e, poderia acrescentar, a compreensão das mudanças. Nem nos iludamos com a insistência do mestre na longa duração; desde o prefácio de *La Méditerranée* e nos ensaios clássicos reunidos nos *Écrits sur l'histoire*, Braudel sempre preconizou o estudo dos fenômenos de longa duração exatamente para apanhar o nível estrutural no fluxo da história; e, num plano mais teórico, para delinear um critério fundado na temporalidade para organizar os dados empíricos, isto é, a multiplicidade dos acontecimentos. Nessa passagem da temporalidade para a historicidade (aí reside justamente o objetivo de todo discurso historiográfico) é que devemos delinear o perfil do específico de cada configuração; e ao mesmo tempo cuidar para não diluir, na investigação das estruturas de maior duração, a própria temporalidade. Pois, por mais que nos fixemos na longa ou até mesmo longuíssima duração, será sempre a “duração” o objeto do historiador. Pois não há, nem pode haver, história da mesmice nem da imutabilidade.

Convergência e autonomia hão de guardar, portanto, nossa relação com a fonte originária de inspiração. Convergimos, sim, mas não tomamos vida privada em sentido muito estrito, antes ampliamos o seu contorno para o universo da intimidade e do cotidiano, ou, como diz Duby, “zona de imunidade oferecida ao recolhimento”. Conceitualmente, vida privada contrapõe-se a “vida pública”, e pressupõe o Estado moderno como critério

de delimitação; por conseguinte, a rigor, só seria possível uma história da vida privada a partir do século XIX, quando se vai encerrando a era das revoluções liberais. Mas se, nas pegadas de Philippe Ariès (ver “Pour une histoire de la vie privée”), historicizarmos o conceito, alargando as indagações para as manifestações da intimidade em momentos e contextos em que seu espaço ainda não se encontrava plenamente definido, então talvez possamos recompor a pré-história da vida privada, apanhar o seu processo *in fieri*. A *démarche* guarda uma certa analogia com as análises de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa: historicizando o emprego da noção, pôde apreender, a um tempo, o gestar-se do objeto e do seu conceito. E isso nos remeteria de novo à questão da suposta incompatibilidade entre a velha e a nova história...

Reconstituir, no texto, as manifestações da intimidade na Colônia portuguesa, procurando articulá-las com as estruturas mais gerais da colonização, e, ao mesmo tempo, explicitar as peculiaridades desse processo, não é, por certo, nem de longe, uma tarefa fácil. Mas é ao mesmo tempo indispensável, para entendermos os contornos da privacidade no Brasil propriamente dito que, gestados no interior da Colônia, desenvolvem-se ao longo dos séculos XIX e XX, e que serão objeto dos volumes subsequentes. Já se vê que mantivemos a periodização “tradicional”, mas convém assinalar que não o fizemos por inércia: é que, se entendermos os marcos divisorios como “momentos de transição”, estamos absolutamente convencidos de que os dois momentos (fim do século XVIII e início do XIX e fim do século XIX e início do XX) configuram de fato pontos de inflexão de nossa história. Nem havia por que aderirmos a essa postura novidadeira, muito em voga em certos meios, que rejeita qualquer tradição pelo simples fato de ser tradição; antes, preferimos a prudência de Jorge Luis Borges, para quem “as novidades importam menos que a verdade”. É claro, como se verá no desenrolar dos capítulos e dos volumes, que flexibilizaremos a periodização, promovendo a interpenetração entre os momentos, o que é tanto mais necessário quanto é fluido nosso objeto

de estudo. Mais difícil que a periodização, a seleção dos tópicos a serem abordados envolveu problemas mais complexos. Na impossibilidade material de tentar reconstituir as manifestações da privacidade ao longo de todo o período (da formação colonial e desenvolvimento nacional) em todo o território, na medida em que ia sendo ocupado, guiamos-nos em nossa programação por dois critérios que, se não resolvem em absoluto a questão, sustentam-se, a nosso ver, como justificativa viável para enfrentar o projeto: de fato, procuramos analisar de preferência aqueles setores que, no espaço e no tempo, incorporaram-se ao movimento de nossa formação social, contribuindo efetivamente para a sua configuração atual; e, ao mesmo tempo, quisemos efetuar um balanço geral das abordagens que, sobre esses novos objetos, vêm se realizando entre nós. Estamos, pois, plenamente conscientes das dificuldades de toda ordem inerentes à empreitada; ao aceitarmos o desafio, sabemos que provavelmente o desempenho ficará aquém das expectativas. Mas consolamo-nos lembrando que, em história, não pode haver nunca a obra definitiva; tudo a que podemos aspirar são aproximações mais ou menos felizes. Estaremos gratificados pelo esforço se nosso trabalho puder considerar-se uma dessas aproximações.

Fernando A. Novais

1. CONDIÇÕES DA PRIVACIDADE NA COLÔNIA

Fernando A. Novais

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.

Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (1500-1627)¹

Emblemático, o trecho de nosso primeiro historiador parece-nos simplesmente perfeito como ponto de partida de nossas indagações. Trata-se de tentar nada menos que uma como que arqueologia (no sentido de “condições de possibilidade”) das manifestações da vida privada nos quadros da colonização portuguesa no Novo Mundo; noutros termos, tentaremos desbravar aquelas sendas de mediações entre as estruturas mais gerais do universo colonial e as expressões do privado no seu cotidiano. Ora, escrevendo na terceira década do século XVII, esse incrível frei Vicente do Salvador já nos aponta suas características essenciais: em primeiro lugar, a profunda imbricação das duas esferas da existência, aqui na Colônia, e isto, que já não seria pouco, ainda não é tudo. Pois, em segundo lugar, o arguto cronista deixa claro que os níveis do público e do privado, para além de inextricavelmente ligados, apresentavam-se da mesma forma curiosamente invertidos. Pois, como terá de imediato notado o atento leitor, a inversão é também uma forma de articulação.

Atentemos, portanto, por um momento, e como ponto de partida, para esses passos do cronista coevo. Eles nos remetem, como indicamos acima, para dois aspectos essenciais de nosso

objeto: de um lado, sua inserção nos quadros da civilização ocidental; de outro, a sua maneira peculiar de integrar-se naquele universo. No primeiro aspecto (isto é, a imbricação das esferas), revela-se o que a Colônia tinha de comum com o mundo metropolitano; no segundo (isto é, a sua inversão), talvez resida a sua peculiaridade, pois o referencial de nosso frade, que provocava sua estranheza, era, naturalmente, o mundo europeu.

E, de fato, a imbricação das esferas do público e do privado é uma das características marcantes da Época Moderna, do Renascimento às Luzes, como transparece praticamente em todo o volume organizado por Roger Chartier.² Entre a Idade Média feudal, quando no Ocidente cristão se configura propriamente uma “sociedade sagrada”, e o mundo contemporâneo burguês e racionalista que se expressa na laicização do Estado, estende-se essa zona incerta e por isso mesmo fascinante, já não feudal, ainda não capitalista, não por acaso denominada de “transição”. Encarado em conjunto, esse período da nossa história — a história do Ocidente — revela sempre essa posição intermediária; em todas as instâncias, de todos os ângulos, é sempre essa a sua característica definidora. No plano econômico, por exemplo, defrontamo-nos com uma produção dominante mente mercantil (pelo menos, é o setor mercantil que imprime a dinâmica ao conjunto), e portanto não mais a economia “natural” dominante no feudalismo; mas ainda não capitalista, pois a força do trabalho ainda não se mercantiliza- ra, ou, noutros termos, o salariato não é o regime de trabalho dominante (nem a servidão, em franco declínio; o que parece dominar é o produtor independente). Se nos voltarmos para o nível político, o poder não se encontra mais diluído na teia das relações vassálicas, como na sociedade feudal; mas a monarquia absolutista, primeira fase do Estado moderno em formação, ainda vai abrindo caminho, como mostrou Eli F. Heckscher em análise clássica, entre as forças universalistas e particularistas. Se já não vige mais a fusão do espiritual com o temporal (fusão, aliás, dificílima, que deu lugar, na Idade Média, às lutas entre o Sacerdócio e o Império), o monarca de direito divino não pode

prescindir da “religião de Estado”, que se expressa na fórmula famosa: *“Cujus regio, ejus religio”*. Assim, aos conflitos entre os papas e os imperadores (do “Sacro Império”) sucedem as guerras de religião ou a permanente tensão entre o poder real e o papado romano.

Se dirigimos, agora, o olhar para as formas de intimidade, a paisagem com que deparamos não é mais a de quase total indistinção, na Alta Idade Média, que Michel Rouche pôde descrever como a conquista, pela vida privada, do Estado e da sociedade; mas também não podemos vislumbrar aquela clara e distinta separação das esferas, que J. Habermas analisa para o nosso tempo.³ Entre a indistinção feudal da Primeira Idade Média e a separação formal que se instaura com as revoluções liberais, abre-se, portanto, um período em que as esferas do público e do privado já não estão indistintas, mas ainda não estão separadas — estão imbricadas. Reconstituir as manifestações da intimidade nesse período trata-se de tarefa difícil: há que apanhar tais práticas *in fieri*, isto é, no próprio processo de definição de espaço do privado, o qual corre paralelo ao da constituição do Estado moderno, que delimita o território do público. E isso não escapou ao nosso historiador seiscentista.

Mas, como frisamos antes, ele não se detém aí. Ao acenutar a inversão das esferas, frei Vicente parece indicar que, além de conectadas, as duas faces do público e do privado surgem-nos como invertidas, e isso é apresentado como específico “desta terra”, isto é, da Colônia. Fixemos, portanto, nossa atenção na observação do cronista: no mundo colonial, as coisas aparecem “trocadas”, e isso causa estranheza; e se causam estranheza, é porque não “deviam” aparecer desse modo. E assim vamos tocando, nas pegadas do cronista, numa das dimensões mais essenciais da colonização moderna. Isso nos lembra os versos em que Gregório de Matos desvelava “a ilusão ideológica que transforma a colônia numa perfeita réplica da metrópole”:⁴

*Do que passeia farfante
mui prezado de amante,
por fora, luvas, galões,
insígnias, armas, bastões,
por dentro pão bolorento:
Anjo Bento.⁵*

Para explicitar as condições da vida privada na América portuguesa, numa tentativa de procurar as articulações do sistema com as manifestações da intimidade que ocorrem no seu interior, a fim de esboçar o que seriam como que as estruturas do cotidiano na Colônia, levemos em linha de conta, sempre, essa ambiguidade básica da situação, tão vivamente apanhada por dois protagonistas particularmente sensíveis, o poeta e o cronista. Havemos de retornar a esse ponto no final de nossa trajetória, mas por ora convém adiantar que, se na Europa da Época Moderna as manifestações da intimidade vão se definindo em relação à formação dos Estados, na Colônia (no mesmo período) elas estão associadas ainda mais à passagem da colônia para a nação, ou melhor, à própria gestação da nação no interior da colônia. E isso talvez tenha algo a ver com aquela peculiaridade configurada na inversão do público e do privado.

Reconstituir, portanto, a “história da vida privada no Brasil Colônia” implica tentar surpreender um processo em gestação, na sua própria constituição e especificidade. O título que se preferiu para este volume — *Cotidiano e vida privada na América portuguesa* — não é, pois, apenas uma questão de modéstia ou de prudência. É que desejamos, desde logo, patentear nossa preocupação de evitar o anacronismo subjacente a expressões como “Brasil Colônia”, “período colonial da história do Brasil” etc. Pois não podemos fazer a história desse período como se os protagonistas que a viveram soubessem que a Colônia iria se constituir, no século XIX, num Estado nacional. Nesse sentido, se procuramos reconstituir as manifestações da intimidade articuladas num quadro mais geral, a definição, ou melhor, o recorte desse quadro não pode ser “Brasil”, e sim a colonização

moderna em geral, situando-se a colonização portuguesa no Novo Mundo dentro desse contexto. Em suma, o antigo sistema colonial. No contexto da colonização, portanto, a privacidade vai abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mas ainda com a gestação da nacionalidade.

Fixado este ponto básico, tentemos um primeiro passo nessa aproximação, na busca das correlações entre as estruturas da colonização e as manifestações da intimidade. Na esteira de Braudel, começemos pela base, isto é, pelas gentes — a demografia. A colonização moderna não foi um fenômeno essencialmente demográfico, mas por certo tinha uma dimensão demográfica muito importante. Não foi essencialmente demográfico no sentido de que o movimento colonizador não foi impulsinado por pressões demográficas (como, na Antiguidade, a colonização grega), mas tem dimensão demográfica no sentido de que envolve amplos deslocamentos populacionais. Fora a colonização moderna um fenômeno essencialmente demográfico, os países mais densamente populosos teriam montado as maiores colônias. Ora, é quase o oposto que se dá. Portugal, pioneiro da expansão, contava no século XVI com no máximo 1 milhão de almas; a França dispunha à mesma época de 15 milhões de habitantes, e só mais tarde constituiu pequenas colônias, e os populosos Estados alemães e italianos não participaram do processo de expansão colonial. A colonização moderna foi um fenômeno global, no sentido de envolver todas as esferas da existência, mas seu eixo propulsor situa-se nos planos político e econômico. Quer dizer, a colonização do Novo Mundo articula-se de maneira direta aos processos correlatos de formação dos Estados e de expansão do comércio que marcam a abertura da modernidade europeia. É fácil observar que a sequência dos países colonizadores (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Províncias Unidas dos Países Baixos) é a mesma da formação dos Estados e expansão mercantil e marítima. O pioneirismo de Portugal deve-se, assim, à precocidade da centralização política (acelerada a partir dos Avis), e não, como é costume dizer-se, à posição geográfica no extremo ocidental da Europa (o

“jardim à beira-mar plantado”), pois sempre esteve lá e somente no século XV realiza as grandes navegações.

Encarada no conjunto, na dimensão demográfica, a colonização revela já aquela ambiguidade e contradição que é o seu traço distintivo, marcado com tanta acuidade por frei Vicente do Salvador no trecho com que iniciamos nossas reflexões, e ao qual voltaremos permanentemente. A colônia é vista como prolongamento, alargamento da metrópole (a mãe-pátria), mas é, ao mesmo tempo, a sua negação. Assim, a população da colônia na perspectiva metropolitana é equivalente à da metrópole, porém a metrópole é uma região de onde as pessoas saem (região de emigração) e a colônia é uma região para onde as pessoas vão (de imigração). Falamos de demografia na visão metropolitana porque, evidentemente, a mentalidade dos ameríndios não contemplava esse tipo de preocupação: o que, aliás, aponta a complexidade do fenômeno colonial, que envolvia um confronto de culturas. E esta é a primeira e importantíssima característica que devemos ressaltar para iniciar a demarcação, no plano demográfico, das estruturas do cotidiano na colônia: a contínua chegada de novos contingentes populacionais. A intensa *mobilidade* aparece, portanto, como a mais geral característica da população no mundo colonial, em contraposição à relativa estabilidade característica do Velho Mundo. E a primeira face dessa mobilidade é o *crescimento rápido*; no final do século XVIII a Colônia tem uma população semelhante à de Portugal, entre 3 milhões e 4 milhões de almas.⁶ Para Portugal, estudos relativamente recentes de demografia histórica⁷ indicam, para o início do século XIX, uma população semelhante à da Colônia (um pouco menor, na realidade: 2 931 000 para 1801). Em todo o caso, é possível constatar, para o século XVIII português, uma taxa de crescimento demográfico que não discrepa da média europeia. É digno de nota, portanto, que, pequena metrópole de imensa colônia, Portugal, ao longo da época da “revolução vital”, acompanhou no geral o crescimento populacional europeu médio.

Já se vê a importância decisiva dessa primeira caracterização para descrever e compreender as formas que foram assumindo

aqui as relações íntimas — essa constante necessidade de integrar novas personagens nos círculos de intimidade por certo que imprimia uma grande fluidez em tais relações que, por assim dizer, não tinham tempo de se sedimentar. E isso é tanto mais decisivo quando lembramos que, para além do crescimento pela agregação de novas levas, a *mobilidade* se expressa também e intensamente de forma *horizontal*, isto é, nos contínuos deslocamentos no espaço. Basta olhar para os mapas das linhas de povoamento⁸ para constatar essa permanente mobilidade; ou reler o capítulo “Correntes de povoamento” de *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr. para experimentar a mesma sensação:⁹ a movimentação tumultuária que devia permear a vida cotidiana, no universo da Colônia. Antonil, já em 1711, comparava os deslocamentos dos primeiros povoadores das Minas ao dos “filhos de Israel no deserto”.¹⁰

Móbil, instável, e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar os laços primários. E note-se que essa dispersão decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo *plantation* que prevaleceu na América portuguesa: da sua dimensão econômica (exploração para desenvolvimento da Metrópole) resulta a montagem de uma economia predatória que, esgotando a natureza, tende para a itinerância. A extraordinária fertilidade do massapé do Nordeste, garantindo a consolidação e a permanência multissecular da lavoura canavieira, é claramente uma exceção no mundo colonial, e mais adiante iremos indicar os desdobramentos desse padrão para o nosso tema. No geral, a economia colonial predatória, com seu baixo grau de reinvestimento, apresenta uma forma de crescimento puramente extensivo, que tende para a itinerância, e isso é que lastreia a contínua dispersão das populações a que nos referimos. Por outro lado, da sua dimensão política (fortalecimento dos Estados), decorre um permanente esforço metropolitano no sentido de expandir o território da dominação colonial, para além das possibilidades de exploração econômica; é que os Estados modernos em gestação na Europa estão se formando

uns contra os outros, de aí essa furiosa competição para garantir espaços na exploração colonial. No caso português, esse processo é levado ao limite, e é o que explica a enorme desproporção entre a pequenez da Metrópole e a imensidão da Colônia. E é também de aí que resulta a enorme dispersão e rarefação das populações coloniais; esse perfil devia aparecer aos olhos dos protagonistas da colonização como uma incômoda e mesmo angustiante sensação de *descontiguidade*, sensação tanto mais intensa se nos lebrarmos que a descontiguidade contrastava rudemente com a experiência de vida na Metrópole.

Mobilidade, dispersão, instabilidade, enfim, são características da população nas colônias, que vão demarcando o quadro dentro do qual se engajaram os laços primários e se foi desenrolando a vida do dia a dia. Para compormos ainda mais explicitamente esse quadro é preciso agregar-lhe outra característica, que, aliás, vai na mesma direção: refiro-me à necessária *diversidade* das populações na Colônia. Por definição, as gentes na Colônia se dividem entre os colonizadores e os nativos: mas na colonização do Antigo Regime, nas áreas em que a compulsão do trabalho foi levada ao limite da escravidão, essa diversidade se acentuou com o tráfico negreiro, que carreou para o Novo Mundo os contingentes africanos. Se nos lebrarmos de que tanto ameríndios como africanos tinham também grande diversidade interna, começaremos a entender a complexidade do *melting-pot* colonial. E do convívio e das inter-relações desse caos foi emergindo, no cotidiano, essa categoria de *colonos* que, depois, foi se descobrindo como “brasileiros”. “Brasileiros”, como se sabe, no começo e durante muito tempo designava apenas os comerciantes de pau-brasil. A percepção de tal metamorfose, ou melhor, essa tomada de consciência —, isto é, os colonos descobrindo-se como “paulistas”, “pernambucanos”, “mineiros” etc., para afinal identificarem-se como “brasileiros” — constitui, evidentemente, o que há de mais importante na história da Colônia, porque situa-se no cerne da constituição de nossa identidade. Precisamente, isso decorre lentamente nos domínios da intimidade e do cotidiano, o que mostra, aliás, que,

longe de ser uma história de nemigalhas e futilidades, estamos aqui no núcleo fundamental de nossa trajetória, visamos então ao ponto central de nossa constituição enquanto povo e nação, abrimos a possibilidades de compreender algo do nosso modo de ser. Estudar, portanto, as manifestações da privacidade e do cotidiano, neste caso, significa sondar o processo mais íntimo de nossa emergência na história.

E já que vamos, a pouco e pouco, nos acercando do “caso Brasil” no quadro geral da colonização moderna, convém marcar que aquela diversidade acima indicada aqui extremava-se na imensidão do território e na variedade de formas que o povoamento ia necessariamente assumindo; a essa variedade correspondiam, por certo, diferentes e mutáveis modos de convívio. Para descrever tal espectro, temos de partir dos extremos: de um lado o Nordeste açucareiro, a exceção a que antes aludimos — exceção muito especial porque forma o eixo mesmo da colonização portuguesa. Aqui, como vimos, o povoamento tendeu para a permanência, fixidez e uma certa estabilidade; e, em decorrência, formas de convívio mais sedimentadas e profundas — o patriarcado revivido por Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*. No polo oposto, na periferia do sistema, uma paisagem social como a de São Paulo, com um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade: as “bandeiras” já foram caracterizadas como uma “sociedade em movimento”, e abriram os caminhos para atingir as fronteiras, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda. E note-se o paradoxo: a sociedade mais estável, permanente, enraizada, está voltada para fora — a economia açucareira organiza-se para a exportação; e a economia de subsistência (como a de São Paulo, ou a pecuária nordestina), que está voltada para dentro, dá lugar a uma formação social instável, móvel, sem implantação. De outro ângulo, o contraponto entre o caráter profundamente rural da sociedade litorânea, e marcadamente urbano das Minas, realça a diversidade até o paradoxo: o mais estável, permanente, é o setor litorâneo, voltado para fora, nas bordas; o mais fluido e superficial é o setor interiorizado e urbano. Se nos lembrarmos

agora das pequenas aglomerações estrategicamente implantadas nas fronteiras distantes, ou mesmo das populações das guaranícões fortificadas, os “presídios” no antemural da Colônia, podemos imaginar o sentimento de isolamento e sobretudo de solidão que devia atravessar a vida no dia a dia nos confins do Novo Mundo. E somos tentados a falar em *confinamento* para caracterizar esse quadro. Podemos, então, entender como um observador arguto como Roger Bastide pode falar em “terra de contrastes”,¹¹ para nos caracterizar.

É levando tudo isso em conta que podemos pressentir as dificuldades do processo de tomada de consciência da situação colonial por parte dos colonos — ou a tortuosidade das verdades de nosso percurso. Lento, difícil, penoso percurso de gestação dessa “comunidade imaginária” que, na definição de B. Anderson,¹² constitui a nação. Nas Índias de Castela, parece ter sido mais intensa essa tomada de consciência; lá, os colonos se nominavam *criollos*. *Mazombo*, que entre nós seria o termo correspondente, nunca teve a mesma difusão ou generalização. Na América portuguesa, o mais comum era chamar *reinóis* aos nascidos na Metrópole. Quer dizer: os colonos hispanos identificavam-se positivamente pelo que eram ou acreditavam ser (“nós somos *criollos*”); os luso-brasileiros identificávamo-nos negativamente (“nós não somos *reinóis*”), pelo que sabíamos não ser. Nos tempos de frei Vicente, a percepção dessa diferença era apenas nascente; aflora nas entrelinhas dos *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), e o nosso cronista refere-se aos povoadores não só como “os que de lá vieram, mas ainda aos que cá nasceram”. Distantes, portanto, estávamos ainda daquela clareza com que se expressava, em 1803, Luís dos Santos Vilhena: “Não é das menores desgraças o viver em colônia”.¹³

Pois é, exatamente, esse “viver em colônias” que forma o objeto deste estudo. Os vários capítulos irão descrever, analisar, esmiuçar as várias faces e de diversos ângulos esse fugidio objeto. Neste capítulo, procuramos apenas indicar os nexos que articulam tais manifestações da intimidade cotidiana com as estruturas básicas da formação social na Colônia. *Diversidade, fluidez,*

dispersão, aparecem então como categorias intermediárias que enquadram as manifestações do privado e do cotidiano, modelando-lhe o perfil. Talvez ainda mais relevante é a *clivagem* das populações coloniais que importa agora destacar na montagem desse quadro. A implantação da exploração colonial da Época Moderna, em função de seus determinantes políticos e econômicos, trazia no seu bojo a compulsão do trabalho como um de seus componentes estruturais; e a América portuguesa foi, como se sabe, uma daquelas áreas onde esse componente foi levado ao limite, configurando o escravismo. As populações aparecem, pois, clivadas em dois estratos: os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos. Entre os dois polos, toda uma imensa gama de situações intermediárias. A *clivagem* intransponível entre as gentes é, pois, uma das categorias essenciais a definir o quadro no qual se desenrolam as vivências do dia a dia. A organização familiar, por exemplo, bem como as formas de moradia são diretamente afetadas por essa clivagem fundamental; os tipos de família e as formas de moradia configuram-se diferentemente nas áreas e nas situações em que dominam os extremos (senhor/escravo) ou em que predominam as formas intermediárias de homens livres pobres, pequenos produtores etc. A criação de zonas intermediárias ou momentos de aproximação (amaciamento, diria Gilberto Freyre) passa a constituir um traço marcante da vida de relações na Colônia. A miscigenação foi o principal e mais importante desses espaços de encontro (as festas foram outros), e Gilberto Freyre insistiu, corretamente, nesse aspecto. Mas, ao mesmo tempo, era também uma forma de dominação, pois o intercurso era, evidentemente, entre o dominador branco e a negra escrava; e o mestiço resultante nascia escravo. Por aí se vê a complexidade das relações levada até o paradoxo. A miscigenação foi, assim, ao mesmo tempo, um canal de aproximação e uma forma de dominação, um espaço de amaciamento e um território de enrijecimento do sistema.

Do fundo das estruturas básicas da colonização emergem, portanto, situações de vida muito características, e que enqua-

dram as manifestações do cotidiano e da intimidade das populações coloniais; como que uma camada intermediária, pela qual se articulavam aquelas estruturas fundantes e a recorrência dos acontecimentos. Delineava-se, assim, uma *camada intermediária de sensações* — distanciamento, descontinuidade, clivagem etc. — que iam balizando as manifestações do cotidiano, em meio às quais ia se formando algo que poderíamos pensar como uma mentalidade *colonial*, esboço de uma fugidia identidade *nacional* em gestação.

Aqui, o ponto fundamental: a escravidão como relação social dominante (embora não exclusiva) repercute na esfera do cotidiano e da intimidade de maneira decisiva; delineiam-se três tipos básicos no sistema de relações primárias (cotidianidade, intimidade, individualidade, vida familiar etc.) — as relações intraclasse senhorial, as relações internas ao universo de vida dos escravos, as relações intermediárias entre senhores e escravos. No curso dos acontecimentos cotidianos, essas esferas, permanente e recorrentemente, interpenetram-se criando situações e momentos de aproximação, distanciamento e conflito. Mas a *clivagem*, básica, permanecia irredutível. É, evidentemente, difícil determinar na reconstituição desta história os dois momentos de interpenetração e de manutenção das distâncias. Para dar um exemplo: a atitude em face do trabalho, decisiva em qualquer formação social, fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação. Por mais que os espaços de “amaciamento” e os momentos de aproximação possam atenuar os polos dessa clivagem, ela remanesce irredutível.

Se aproximarmos, agora, as duas observações sobre as condições da intimidade e do cotidiano na Colônia, tal como emanam das estruturas da colonização, podemos começar a vislumbrar o perfil dessa esfera da existência colonial, na sua maior complexidade. De um lado, notamos que o tipo de exploração econômica que se desenvolvia no Novo Mundo impunha uma constante e grande mobilidade às populações; de outro, a compulsão do trabalho, exigida pela mesma exploração da Colônia, levava à cliva-

gem radical entre os dois estratos básicos da sociedade. De fato, gestando-se no processo de expansão mercantil da época dos descobrimentos e articulando-se ao não menos importante processo de formação dos Estados, a faina colonizadora tendeu sempre a ampliar a área de dominação (competição entre os Estados) e a montar uma empresa de exploração predatória, itinerante, compelindo o trabalho para intensificar a acumulação de capital nos centros metropolitanos. Disso resultava, como vimos, ao mesmo tempo, uma permanente mobilidade das populações e uma clivagem entre os vários estratos sociais. E aqui reside, precisamente, o ponto essencial: é que as sociedades de estamentos, em geral, apresentam uma mobilidade mínima, tanto horizontal quanto vertical. A sociedade colonial, ao contrário, configura uma sociedade estamental com grande mobilidade, e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação que marca a sua originalidade. E isso precisa ser levado em conta para se desenhar o quadro das condições em que se manifestava a vida privada colonial: a sociedade da Colônia, ao mesmo tempo, estratificava-se de forma estamental e apresentava intensa mobilidade; o que, provavelmente, criava uma sensação de *ambiguidade*, pois a junção dessas duas características envolvia, simultaneamente, tendência de aproximação e distanciamento das pessoas. Essa mesma ambiguidade, aliás, aparece quando consideramos em particular o estrato superior dos colonos, os senhores de terra e de escravos: a dominação direta sobre os homens (escravidão) e a posse de terras (ainda mais recebidas por doação) imprimiam-lhes na mentalidade uma configuração fortemente senhorial; mas, agentes de uma produção mercantilizada em extremo, defrontavam-se no dia a dia com o mercado, o que lhes exigia um comportamento fundamentalmente burguês. Mais ainda: era através do mercado que obtinham os escravos, isto é, a condição senhorial. Essa inextricável ambiguidade está por certo na base do padrão de relacionamento que tendiam a praticar no cotidiano de sua intimidade.